GAUDERER, E. Christian.Autismo. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 1993.

COLL, C., PALACIOS, J, e MARCHESI, Á. Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Tradução de Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

O SUBÚRBIO PAULISTANO DAS MERCENÁRIAS: SOCIEDADE, CULTURA E POLÍTICA NA DÉCADA DE 1980

KHADIJA ALVES IZIDORO

RESUMO:

O artigo propõe uma análise sobre as composições, da banda feminina as Mercenárias, que possibilita a reflexão do contexto político/social e cultural de um período delicado pós-Ditadura Militar. O contexto histórico remete ao período de 1982 a 1988, abordando o processo de redemocratização na política do país, em que a sociedade retornava manifestar-se civicamente. Dentro desse contexto, o movimento será iniciado por jovens suburbanos que vão se identificar com as expectativas punks do "faça você mesmo", criando assim um movimento cultural de classe trabalhadora, que possibilitava uma maior independência e liberdade de expressão, sendo esses artifícios que servia como "válvula de escape" e que influenciou jovens de todas as camadas sociais, como as jovens da classe média, as Mercenárias.

PALAVRAS-CHAVE: Jovem; Cultura; Redemocratização; Movimento-Punk; Mercenárias.

INTRODUÇÃO

O Brasil pós-ditadura militar, que vivia um processo de redemocratização, foi marcado pela instabilidade política, pela reforma política e econômica. O foco e o interesse do grupo será pelo período da década de oitenta, baseado na música como um instrumento de protesto e reivindicações; momento em que os direitos civis eram subtraídos ainda pelo ranço do autoritarismo do sistema anterior.

Nesse momento surge no cenário do rock nacional a banda "As Mercenárias¨, integrada por três mulheres e um homem. O repertório da banda era composto por críticas sociais e continha um engajamento político, em que propunha questionamentos e conscientização referente à situação em que o país enfrentava, período que passava por uma transição democrática na política.

Nesse mesmo período o mundo passava por transformações. A exemplo: A Guerra Fria já demonstrava sinal de desgaste na guerra ideológica; na América Latina alguns países já não sofriam com a Ditadura Militar; as mulheres há muito tempo reivindicavam por direitos civis e políticos na sociedade, e o Brasil foi marcado por lutas e direitos de igualdade, em diversos aspetos no cotidiano, pelos estudantes e sindicatos.

Passado o período de repressão do militarismo, a sociedade está repleta de esperança por uma vida melhor e mais justa.

Dentro desse senso de mudança destacaremos a formação da banda feminina “As Mercenárias”, formada por jovens e universitárias, “antenadas” em relação às notícias e com o meio que as cercavam, acabaram ajudando a romper tabus. A banda começou a ganhar destaque na cena musical e, em 1984, inicia sua ascensão; agora já composta por quatro estudantes a fim de divulgaram se trabalho. A proposta do grupo era bastante clara e objetiva, definida em rever a reflexão a quem quisesse as ouvir. Por fim, então analisaremos de forma mais intensa sua trajetória artística e ideias no desenvolvimento do trabalho.

O JOVEM MILITANTE: REFLEXO SOCIAL INSPIRADOR

Muitos dos movimentos sociais e culturais no Brasil nasceram a partir dos rumos tomados pela política nacional. O exemplo da política apoiada no país a partir de 1964, sendo o Regime Militar, que chegara ao poder com o apoio da elite, da classe média, e da Igreja, marca também a participação do jovem na política, protagonizando manifestações contra esse novo governo. Os discursos proferidos pelos militares como a retomada da democracia e a contensão do comunismo, tendo o apoio das campanhas instigadas pelos meios de comunicação de maior veiculação nacional, ocasionaram um “terror psicológico”, desencadeando mobilizações na sociedade em prol do novo governo. Todavia todos não imaginavam o desenrolar dessa nova política, pois estavam à margem das verdadeiras propostas dos militares. Esse novo governo que a princípio seria provisório, na verdade já pretendia ficar no poder, e desde seu início implantou medidas autoritárias, com ações que tiravam os direitos individuais da sociedade na imposição dos Atos Institucionais, contradizendo seu discurso de restabelecimento da democracia, implantando um regime ditatorial. Com isso as classes que apoiaram os militares, e a população, que desde o início esteve à margem, começaram a sentir na pele a tal democracia proposta. Os anos foram passando, e a duração de vinte e um anos de governo ditatorial, acabara deixando marcas profundas na sociedade, influenciando as décadas seguintes. Naquele período gerou descontentamento na população que desencadeou em movimentos socioculturais, e numa economia defasada por consequência de uma má gestão.

Partindo desse rumo tomado pela implantação de um governo repressor e o descontentamento das medidas impostas, movimentos culturais iniciados por uma parcela da população, protagonizada por jovens da elite e/ou classe média, começou a se organizar, mesmo na ilegalidade, a UNE (União Nacional dos Estudantes) articulava manifestações reivindicando vagas nas universidades e o fim da parceria MEC-USAID, os operários também se manifestavam com apoio dos estudantes contra o governo, pois, seus salários não eram reajustados desde que o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) entrou em vigor congelando os salários. Os músicos produzindo uma arte engajada com as críticas nas entrelinhas das músicas, principalmente da MPB e na arte livre da Tropicália, nas peças de teatro de Augusto Boal ou nos filmes de Glauber Rocha. Os militares usando-se da censura impediam e/ou dificultavam, e muito, a produção cultural desses artistas e o desenvolvimento do pensamento crítico das grandes mas-

sas. O ano de 1968 foi o período de maior efervescência política não só no Brasil, mas em várias partes do mundo, e que marca a total participação dos jovens nos assuntos políticos. Quanto mais esses jovens criticavam o governo, promoviam as passeatas ou qualquer outro tipo de manifestação, considerada subversiva pelo governo, mais a repressão se intensificava.

Costa e Silva conseguiu enfraquecer o movimento estudantil quando conseguiu prender os líderes no 30º Congresso da UNE realizado em Ibiúna; representante da linha-dura e junto com os parlamentares, fez com que a repressão chegasse ao seu extremo com o Decreto Ato Institucional número (AI-5) no qual dava poderes totais aos militares. Legitimando a censura prévia a todos os veículos de comunicação em território nacional, o Brasil viveria até meados da década de 70 um verdadeiro clima de terror político, que se refletiria num forte controle da produção cultural do país. Desde o final dos anos 60 e início dos anos 70, a peça teatral, o livro, o filme, enfim o produto cultural que os censores julgassem inadequado ao momento político e ofensivo ao Estado seria proibido e seus autores ficariam a estreita vigilância do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). (BRANDÃO, 1990,p.84) Com está ação extremamente autoritária do governo a produção cultural engajada do país entra em crise, no qual os artistas foram exilados ou se exilaram.

O AI-5 cassou políticos prendeu e torturou pessoas silenciou os estudantes, os sindicatos os músicos engajados e os intelectuais, muitos estudantes frente a esta iniciativa, aderiram a luta armada contra o governo. Segundo Napolitano ¨O Regime Militar brasileiro passou a história como um regime que cerceou e controlou a expressão artística e cultural¨ (2001, p. 100), no entanto a relação do jovem, que já tinha um engajamento político começara a reivindicar as medidas tomadas pelo governo que controlaria culturalmente também. Anterior ao golpe militar de 1964 o jovem já fazia essa interlocução da cultura com a política, e será através da expressão cultural que poder-se-ia atingir maior número de pessoas e conscientização política. O movimento estudantil elaborou um projeto cultural de cunho político em 1962 com o CPC (Centro Popular de Cultura da União) da UNE que nasceu da defesa de uma maior atuação na política cultural. O ponto comum entre eles era a defesa do nacional-popular, expressão que designava, ao mesmo tempo, uma cultura política e uma política cultural das esquerdas cujo sentido poderia ser traduzido na busca da expressão simbólica da nacionalidade, que não deveria ser reduzida ao regional folclorizado (que representava uma parte da nação), nem como os padrões universais da cultura humanista – como na cultura das elites burguesas, por exemplo.

A proposta do Manifesto do CPC não era de uma atuação propriamente comunista, mas de alguma forma concordava com a política de esquerda presente no país. E no próprio discurso, era nítida a proposta de que aqueles jovens e artistas de vários setores culturais poderiam fazer a opção pessoal de “serem do povo”, isto é, não necessariamente terem nascido em camada menos abastada da sociedade, mas optarem em desenvolver uma arte que juntasse cultura popular com a construção de uma cultura nacional autêntica, assim promovendo a conscientização so-

cial. Todavia, essa proposta do CPC sofrera controvérsias de outra parcela da classe artística, que não acreditavam na fórmula que o Manifesto propunha para poderem alcançar as camadas populares com uma linguagem acessível, e sim chegar no fim comum entre ambos, através da problematização da consciência dos brasileiros sobre a situação vivenciada no país, mas com a possibilidade de ampliação na forma de expressão e na comunicação da arte cultural. Já com o golpe Militar instaurado, em 1964, a sociedade tomada pela perplexidade de como esse governo conseguiu se instaurar – apoiado pela classe média os meios de comunicação e a Igreja – a questão no setor cultural tornara-se por determinado momento uma incógnita; as influências do engajamento político estudantil já não eram mais tão contundentes quanto as perspectivas da eficiência de um modelo de produção cultural. No entanto a proposta político-cultural desse Movimento mudava- se após a frustração da instauração desse novo governo, para uma temática que valorizasse a consciência de classe, para o ser social e essa nova mudança serviria como fator do enfrentamento ao Regime Militar. 6 A Indústria Cultural: influência, consumo e identificação.

A indústria cultural no Brasil começou a tomar um impulso na década de 60, estimulado pelo meio de comunicação que se expandiu no país: a televisão. Será promovida pelo estilo musical denominado MPB (Música Popular Brasileira), mas dando ênfase ao engajamento político, naquele momento ocupou-se a cantar sobre as questões sociais e das propostas governamentais impostas. Durante os primeiros anos de um novo modelo de governo instaurado no poder, a cultura, mesmo já existindo a censura, não era alvo principal desse governo, que entre os anos de 1964 a 1968 teve um momento de relativa liberdade cultural. A censura ainda não era tão fervorosa como nos anos seguintes, pois a ideia da retomada da democracia era adotada como forma de politicagem.

Mas, com o passar do tempo esse governo começava a mostrar suas verdadeiras intenções e, aqueles que o apoiaram, começaram a sofrer com suas conjunturas. E essa parcela da população já demonstrava sinais de insatisfação e os meios que encontraram para contestar e reivindicar foi através do setor cultural: teatro, cinema, música entre outros. Durante os quatros anos iniciais do regime militar, os meios de comunicação sofreram pequenas intromissões e a censura foi no setor da Imprensa. Mas foi a partir de 1968 que a produção cultural começou a conhecer, da forma mais drástica, o novo governo; da apresentação da sua mais nova medida, com a outorgação do Ato Institucional – 5 em dezembro daquele ano, no governo do General Costa e Silva. Este Ato Institucional foi o mais meticuloso que o Brasil conheceu até então, no qual frisava pontos cerceadores – considerando como importantes para o bem estar social – dos quatros primeiros Atos Institucionais, sendo os detentores da democracia (combatendo a subversão) valendo-se da responsabilidade que – auto assumiram – julgaram como princípio de ideologias contrárias as nossas tradições.

Até aquele momento as verdadeiras intenções dos militares já haviam se concretizado na sociedade; restringir os direitos civis em prol do bem estar comum contra as intenções “subversivas comunistas”, e com a institucionalização do AI-5 ficou

nítido que a sociedade perdera seu direito de ir e vir, que todos poderiam estar sobre suspeitas até que se provassem o contrário e sem o direito de apreciação jurídica contra o Estado.

O discurso que ao tomarem o poder foi propagado, na intenção de retomada da democracia, perdeu-se todo o sentido; não havendo dúvidas sobre as intenções de um governo ditatorial. Dentro desse novo contexto, "o AI-5 foi um instrumento de uma Revolução dentro da Revolução" (FAUSTO, 2007, p. 480) que a expressão cultural expandiu-se, tendo suas nuances na contradição do pensamento que mantinha esse tipo de regime governamental. Mas quando falamos de expressão cultural, a sua percepção vai ocorrer através da expressão da indústria cultural, que está imersa na proposta do consumo dos bens materiais e culturais. O regime militar se preocupou com os bens culturais, associando essa proposta com a probabilidade do engajamento político, que proporciona uma reflexão questionadora e contrária a esse governo.

E a indústria cultural se vale e impulsiona essa "linha de contensão" principalmente com a expressão da indústria fonográfica. Para adentrarmos na relação da indústria fonográfica e indústria cultural, o relacionamento ocorreu a partir da impulsão econômica no Brasil, projetada no governo Médici com o "milagre econômico" . Os setores das artes serão os alvos desse governo para censurar toda e qualquer arte que era contra aquele modelo governamental, mas que também utilizá-la - ia como "merchandising" para promover aceitação desse regime. Falando- se das medidas de exaltação do governo, conhecido assim como ufanismo. Durante o período de 1964-1980, a censura não se define exclusivamente pelo veto a todo e qualquer produto cultural; ela age como repressão seletiva que impossibilita a emergência de um determinado pensamento ou obra artística. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, cinema ou a industria editorial.

O governo consegue reprimir, mas nem com a repressão as críticas a esse governo cessaram. E com a censura prévia a todos os meios de comunicação, a proibição de greves e a imposição do AI-5, o Brasil alcança um crescimento econômico, sendo liderado pelo setor 8 industrial. Portanto, o operário com o salário congelado e inibido de fazer greves, um gradual aumento na produção faz com que a economia cresça, fazendo jus ao plano elaborado por Golbery no governo Castelo Branco, associando segurança com desenvolvimento, extraordinariamente é com o governo Médici que o país vive um bom momento econômico conhecido por "milagre brasileiro" que; Entre 1970 e 1973, a economia brasileira viveu uma fase de euforia – para militares, tecnocratas, monopólio internacionais, burguesia nacional e uma classe média urbana ascendente – batendo todos os recordes de desenvolvimento.

Nesse período há uma grande remessa de capital estrangeiro no país, no qual a indústria automobilística estava à frente desse crescimento interno, este período propiciou a entrada de investimentos de grandes empresas como a General Motors, Ford e Dainmler Chrysler e alimentou o sistema de crédito ao consumidor. O comércio exterior também passa por mudanças significantes, no qual o país se esforça

para diversificar os produtos de exportação, que até então era dominado pelo café, e agora a soja também passou a ter grande importância no mercado internacional. A verdade é que esse crescimento teve aspectos negativos para as grandes massas, enquanto os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram reduzidos, o "milagre brasileiro" possibilitou um acúmulo de capital que favoreceu as classes mais abastadas da sociedade evidenciando a distribuição desigual da riqueza nacional, nesse contexto, Boris Fausto diz que: Outro aspecto negativo do "milagre" que perdurou depois dele foi a desproporção entre o avanço econômico e o retardamento ou mesmo o abandono dos programas sociais pelo Estado.

O Brasil iria se notabilizar no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade de vida de um povo (FAUSTO, 2007, p 487) Lembrando que os governos de Costa e Silva e Médici foram os períodos de acentuada censura artística, em que confrontava com o avanço econômico e com o impulso cultural das várias áreas da cultura, foram promovidos pela aquisição de bens materiais, que para Napolitano "os meios de comunicação e a indústria cultural conheciam uma época de expansão sem precedentes" (200l, p. 82). E a indústria fonográfica nesse contexto, como selecionadora de determinado tipo de consumo cultural, vai se valer e promover, independente das questões ideológicas, de uma cultura de massa que a partir de uma expansão ligada à cultura industrializada, promovida pelo governo Médici, se consolida no país.

Diferentemente da década anterior, os anos 70 foi a década do apogeu da indústria fonográfica, ampliado pelas inovações tecnológicas dos aparelhos sonoros, como a fita cassete fazendo parte do consumo musical juntando-se com os LPs como consumo de massa. Como o mercado de fonogramas se desenvolve em função do mercado de aparelhos de reprodução sonora, é importante observarmos a evolução das vendas industriais de aparelhos eletrônicos domésticos. Entre 1967 e 1980, a venda de toca discos cresce 813%. Isto explica por que o faturamento das empresas fonográficas cresce entre 1970 e 1976 em 1375%.

Diante dessa euforia econômica, entra em cena uma exaltação ao governo conhecido como Ufanismo, sendo uma propaganda do governo militar produzida pelo próprio governo, exaltando esse modelo político e suas grandezas. Nessa euforia promovida, conhecida como: "milagre econômico", o momento em que o país conheceu um crescimento acelerado, em contra partida foram os momentos em que a censura político-cultural foi mais rígida – com aqueles que eram contra a esse modelo governamental – mas ufânico por promover uma cultura voltada à exaltação e glorificação do modelo militar.

A valorização dessa produção cultural voltou-se, como argumentou Brandão, a uma "integração nacional" para legitimar essa postura governamental e, que Ortiz complementando como "a proposta de construção da moderna sociedade ao crescimento e unificação dos mercados locais", A expansão da indústria cultural que foi promovida pelo crescimento da indústria fonográfica, determinou o que seria

chamado de “cultural mercado-consumo” que deu lugar a chamada “cultura- nacional”, pois a identificação nacional se encontrou inserida na cultura de consumo, promovida pelos meios de comunicação – principalmente a televisão – e pela política ufanística do regime militar. Dentro desse contexto essa cultura de consumo era diversificada, controlando as tendências musicais e os meios de comunicação, sendo a própria indústria fonográfica que manipulava e estabelecia os caminhos do mercado musical.

O governo Médici somou autoritarismo, exaltação do país e um bom desempenho econômico provindo do “milagre brasileiro”, das lembranças das grandes massas sobre a ditadura militar, os anos do governo Médici é o que ficou na memória, os representantes da linha dura chegaram a falar de prorrogação de mandato, mas isso foi evitado “porque a maioria dos militares tinha um acordo para não permitir a emergência de caudilhos, de homens fortes que se plantassem no poder indefinidamente. Médici honrou este princípio (SKIDMORE, 1988, p. 313). Neste contexto houve sucessão presidencial em 1974, no qual um novo momento seria vivido, uma possível abertura política deu as caras com a eleição de Geisel, que a definiu como “lenta, gradual e segura”, a partir daí começam a aparecer com clareza as fraquezas internas do governo e as críticas mais ferrenhas da oposição, principalmente da Igreja, da Imprensa, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e do MDB.

A principal fraqueza do governo era a divisão interna, alguns militares simpatizavam com a linha dura e outros com a sorbone, pode-se dizer que eram partidos dentro da maquina administrativa governamental, enquanto os da linha dura tinham uma postura mais radical e mais intolerante, os representantes da sorbone tinham a intenção de retomar a democracia através de um processo seguro longe da mão dos comunistas que eles tanto temiam que chegassem ao poder, essa dissidência vai chegar ao seu impasse diante dos planos de abertura promovida pelo governo Geisel representante castelista (sorbone), no qual desde que foi criado os sistemas de repressão, SNI (Serviço Nacional de Informações) e os (DOI-CODI) se transformaram em um forte poder dentro do governo que: Podiam rotineiramente ignorar a cadeia de comando. Isto significava que as equipes de torturadores podiam prosseguir sem perigo de serem contidas pelo comando superior. Geisel e os castelistas viam esta “subversão da hierarquia militar” como altamente perigosa e dela fizeram o alvo principal e sua ofensiva contra os torturadores (SKIDMORE, 1988, p. 329)

Aproveitando os discursos do presidente Geisel de uma lenta e gradual abertura, a oposição começou a reivindicar do governo informações sobre supostas 22 pessoas que estavam “desaparecidas”, lista que foi entregue ao general Golbery, que prometeu investigar, além desses supostos desaparecidos justamente no governo que pretendia promover a abertura, ações que contradiziam esses discursos foram aparecendo, como exemplo, a prisão e tortura de Fred Morris, um ex-missionário metodista americano, manchando a imagem do governo Geisel no exterior, outra atitude que colocava a prova o plano de abertura do governo, foi a cassação do mandato de Francisco Pinto, deputado pelo MDB baiano, que discursou sobre o governo chileno

acusando Pinochet de fascista, isso deixou a linha-dura extremamente revoltada privando o deputado de seus direitos políticos e o episódio que revoltou a oposição e o presidente Geisel, a morte de uma importante figura civil, Vladimir Herzog, no DOPS de São Paulo, resultando em um ato ecumênico no centro de São Paulo organizado pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, importante figura de oposição ao governo, e a morte do operário Manoel Fiel Filho integrante do sindicato dos metalúrgicos.

Estas ações mostram como o governo tinha problemas internos com os representantes da linha-dura que não apoiavam a abertura política promovida pelo castelista Geisel, mas é importante lembrar que a oposição neste período, já demonstrava coragem de se manifestar contra o governo deixando de lado o "terror psicológico" que antes era dado pelos discursos anticomunistas proferidos pelos militares, agora é o próprio governo que impõe esse terror para a sociedade. No final de seu governo, Geisel deu alguns passos mais largos para efetuar a descompressão política, como exemplo a abolição do AI-5, restabelecendo assim o direito do hábeas corpus, extinguiu a censura prévia aos meios de comunicação (rádio e tv), mas outras ações propostas pelo governo se equiparavam com o poder arbitrário do AI-5, como os artigos 155-158 que: Davam novos e vastos poderes ao Executivo para decretar "medidas de emergência", medidas que podiam ser renovadas por pelo menos 120 dias sem aprovação legislativa. Com esses novos poderes o governo podia fazer o que quisesse, desde a suspensão das garantias legais, nomeação de governadores, à censura.

O governo Geisel ficou marcado pelos discursos de abertura política, que deu força e coragem para a oposição voltar a se manifestar com mais intensidade, O presidente Geisel consegue fazer seu substituto para continuar os planos de redemocratização do país, Geisel passa o governo para Figueiredo, representante da linha dura, por pura estratégia política, pois era justamente Figueiredo, o chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) e tinha todas as informações possíveis para promover uma abertura política segura. Figueiredo assume sob uma 12 má situação econômica e muitos protestos, a população reivindicava anistia aos políticos cassados, Figueiredo atendeu ao pedido permitindo a volta de muitos que foram exilados, mas também anistiou os torturadores excluindo eles de qualquer responsábilidade sobre desaparecidos políticos ou infrações contra os direitos humanos. O final dos anos setenta se mostra totalmente diferente de alguns anos atrás.

No meio social, a população já se sente mais a vontade de sair as ruas e protestar contra as imposições e arbitrariedades da política que vigora desde 1964, os operários com a figura de Lula na presidência do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo vem mobilizando os trabalhadores, ainda no governo Geisel, com as greves brancas onde 2500 metalúrgicos da fábrica Saab-Scania bateram o cartão e cruzaram os braços, fator estratégico pois dentro das fábricas a polícia não poderia atacá-los e prendê-los como acontecia rotineiramente com os atos considerados subversivos, mas tarde a greve foi tomando maior proporção e 500,000 empregados cruzaram os braços, foi um importante passo dos trabalhadores pois

conseguiram negociar diretamente com os empregadores a situação salarial. Em 1979 já no governo Figueiredo os sindicalistas voltam a ativa, reivindicando novamente reajuste salarial de 78%, e após a rejeição dos empregadores foi convocada uma greve de 160,000 trabalhadores, a situação agora era mais complicada do que na greve branca de 1978, pois os empregadores não queriam negociar acreditando que o governo os apoiariam.

Diante da inflexibilidade dos empregadores, os operários se reuniram no campo de futebol de Vila Euclides protestando contra os empregadores e também contra o governo. "Após duas semanas a polícia de São Paulo reprimiu violentamente os grevistas prendendo pelo menos 200 deles, no que ficou sendo considerado como um teste para o movimento independente" (SKIDMORE, 1988, p. 415), que não cessou, mesmo com a perda de seus líderes, os operários estavam bem organizados com a ajuda de parentes e amigos que forneciam alimentação e o clero fornecendo local e apoio moral para os grevistas. E mais uma vez os operários conseguiram negociar diretamente com os empregadores ganhando um reajuste salárial de 63%, este episódio revela a força que os sindicatos estavam ganhando e a figura de Lula se firmando um nome forte na política do país. Mais um passo estratégico político importante é dado pelo governo, para a redemocratização do país, vendo uma desvantagem no sistema bipartidário, o governo resolveu dissolver este sistema, pois a ARENA, partido do governo, não tinha uma imagem muito boa diante das novas atitudes políticas de redemocratização, e o MDB se mostrava um partido forte com o passar do tempo, pois toda a oposição estava centrada nele, e com a dissolução do sistema bipartidário, promoveu A criação de múltiplos partidos com elementos da oposição, mas preservando as forças do governo em um único partido (presumivelmente com novo nome).

O governo manteria assim o seu controle seja pela divisão dos votos da oposição ou pela formação de uma coalizão com os elementos mais conservadores do partido adversário. Acima de tudo o governo tinha que romper a unidade oposicionista. A partir desta ação do governo muitos partidos foram criados enquanto o governo se uniu dentro do Partido Democrático Social (PDS), a oposição se fragmentou, reaparecendo assim o PTB com a figura de Ivete Vargas, a criação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) com a figura de Leonel Brizola, o Partido Popular (PP) de Magalhães Pinto e Tancredo Neves e o Partido dos Trabalhadores (PT) com a figura de Lula. Cabe perguntar qual seria a força que a oposição teria para realmente atender as necessidades da população diante da fragmentação partidária e do processo político social que o país estava vivendo?

Em 1980 os operários voltam a reivindicar ajuste salarial e também garantia de emprego por 12 meses, para impedir a rotatividade de mão de obra, pois o Brasil tinha um grande "exército de reserva", e esse beneficiava os empregadores a mudar constantemente os empregados diminuindo o tempo de serviço mantendo os salários relativamente baixos, os empregadores não atenderam o pedido de garantia de emprego então os operários entraram em greve no dia 1º de abril de 1980, desta vez o Ministério do Trabalho afim de controlar os operários, enviou as reinvidicações para

o Tribunal do Trabalho que não declarou a greve ilegal, mas ficou do lado dos empregadores negando a garantia de 12 meses no emprego, Os grevistas, lotando novamente o estádio de futebol de Vila Euclides, discutiram a decisão do Tribunal demonstrando em altos brados a sua raiva. Ainda com forte apoio público, especialmente da Igreja, os trabalhadores desafiaram a justiça e os empregadores e votaram pela continuação da greve. (SKIDMORE, 1988, p. 435) Mais uma vez o governo usou da repressão para acabar com a greve, muitos trabalhadores foram presos, o governo proibiu os empregadores de negociar diretamente com os operários e o Ministério do Trabalho destituiu os líderes sindicais. E após 41 dias de greve os operários cessaram, por falta de fundos e a ameaça dos patrões de fazerem novas contratações.

Diante das questões de abertura e redemocratização política a economia se tornou um aspecto preocupante, mexendo nas estruturas políticas e sociais do período, as medidas tomadas desde o "milagre" promovido por Delfim Neto no governo Médici, mostrava seus problemas, pois a longo prazo, os saques de reservas cambiais e os empréstimos tomados nos bancos internacionais, mostravam a vulnerabilidade econômica brasileira que estava encarando altas taxas de inflação impactando diretamente na sociedade nacional. O governo ainda ia presenciar um grande movimento social, com participação de grandes massas. As eleições diretas para governador demonstrou um grande ato de civismo da população, no qual mais de 45 milhões de pessoas compareceram as urnas para votar, e o partido do governo perdeu o controle de importantes postos políticos para a oposição, mas uma arma ainda favorecia o governo, a eleição presidencial continuava sendo indireta, mas logo seria combatida com início da campanha das Diretas Já; comícios em várias regiões do Brasil arrastavam multidões; com total cobertura jornalística e apresentações de celebridades como Fafá de Belém, Chico Buarque, Elba Ramalho, contribuindo para a participação do grande público evidenciando O ressurgimento do espírito cívico com uma dimensão sem precendentes, acrescendo que nenhum candidato estava pedindo voto para si mesmo. Ao contrário, o objetivo era restaurar o direito de voto.

Era uma dramática mensagem da sociedade civil que firmemente reconsquistava a sua voz. (SKIDMORE, 1988, p. 472) Mesmo com toda movimentação política feita pela campanha das Diretas Já, o voto para presidente continuou sendo indireto, e em uma reviravolta política, o Brasil conheceu seu primeiro presidente civil, desde o início da ditadura militar, seu nome é Tancredo Neves. A posse de Tancredo não aconteceu, isso deixou a população extremamente descontente e preocupada com o processo de redemocratização; tinha uma extensa agenda política, e escondia seus problemas de saúde, exausto, foi internado antes de tomar posse, com problemas intestinais. Tancredo passou por cirurgias cheias de dúvidas sobre sua enfermidade. Internado no Hospital de base de Brasília sob más condições com grave condição de infecção hospitalar, acabou falecendo, e quem toma posse é seu vice José Sarney. José Sarney assumiu, logo a dúvida toma conta da população, pois Sarney apoiou os militares em 1964 e até a algum tempo atrás estava no (PDS) partido do governo. Assumindo a presidência em 1985, Sarney respeitou ás liberdades públicas, e em

maio do mesmo ano, "a legislação restabeleceu as eleições diretas para a presidência da República e aprovou o direito de voto aos analfabetos, assim como a legalização de todos os partidos políticos. Tornaram-se legais o PCB e o PC do B."

A democracia realmente se instalou no Brasil com a nova constituição que começou a ser pensada em 1986 e foi promulgada em 5 de outubro de 1988. O Brasil ainda vivia graves problemas economicos, desordem política partidária fundida com inflação e desemprego, o jovem com seu histórico contestador se vê agora perdido sem um plano certo para o futuro, pois: Nem a atitude, nem o vocabulário engendrado pelos anos 1960 parece adequar-se às realidades que se anunciam e que a juventude deverá enfrentar ao longo da próxima década. As palavras chave do relatório da Unesco de 1968 eram: confronto, contestação; marginalização; contracultura; contrapoder; cultura dos jovens... Os jovens eram vistos então como um grupo histórico distinto e identificável... Essa geração se manteve separada dos mais velhos por um enorme fosso... As palavras chave dos jovens ao longo da próxima década serão: penúria; desemprego; sobrequalificação; inadequação entre o emprego e a formação recebida; ansiedade; atitude defensiva; pragmatismo; e poderíamos inclusive acrescentar a essa lista subsistência e sobrevivência... Se os anos de 1960 mobilizaram certas categorias de jovens em certas partes do mundo em torno de uma crise de cultura, de ideias e de instituições, os anos de 1980 imporão á nova geração uma crise material e estrutural de incerteza econômica crônica, e mesmo de privação.

A Juventude nos anos de 1980, Unesco, (2007) No ano de 1977 a juventude que presenciava o momento nacional de estagnação política e econômica, estava descontente politicamente e sem expectativas de futuro, e mais uma vez, reiventou-se e criou um novo estilo musical, o estilo punk se afirma no Brasil como estilo musical forte, sendo o primeiro movimento juvenil oriundo das classes populares. Com um som sujo e letras extremamente politizadas, que denunciavam a alienação e o conservadorismo social e musical. "Nós estamos aqui para revolucionar a música popular brasileira; para pintar de negro a asa branca, atrasar o trem das onze, pisar sobre as flores de Geraldo Vandré e fazer da Amélia uma mulher qualquer.

Esse estilo chamou a atenção tanto dos críticos musicais quanto da polícia, considerado por muitos uma subcultura, os punks provavam dia a dia o sabor amargo de uma sociedade injusta e miserável e usam a música como forma de resistência contra a politicagem e contra a alienação da sociedade. Somente no início dos anos 80 foi que o punk alcançou uma notoriedade na indústria cultural, após alguns anos figurando no cenário musical alternativo, este conseguiu alcançar proporções internacionais através de intercambios dos "fanzines". O punk conseguiu se manter pelas articulações e produções culturais que acabaram por produzir; com a expectativa punk do "faça você mesmo" fazia com que o movimento corresse atrás de lugares para as bandas tocarem, apresentavam os cineclubes e até produziam as próprias demos. O movimento atingiu seu ápice em 1982, quando ocorreu a primeira gravação de uma coletânea, com diversos grupos do movimento punk, intitulada de Grito Suburbano, que saiu de forma independente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento desse artigo entendemos que da possibilidade em se trabalhar a relação de história e música, nos permitiu refletir sobre um contexto histórico de uma sociedade, nesse caso a brasileira. O período escolhido foi a década de 1980, que presenciava uma transformação na política nacional, para isso tivemos que buscar suas raízes fincadas no modelo de governo anterior a esse período, que tingiu de negro a história da nossa pátria por todos os erros possíveis e inimagináveis que acabaram cometendo, tanto nas inconsequências das medidas políticas e econômicas e as atrocidades em relação às questões sociais e culturais, que permearam a história do nosso país. Analisar o período dos anos 80 nos instigou porque foi no momento que a sociedade brasileira começou a sentir os desdobramentos políticos/sociais e após duas décadas de privações exercidas pelo regime militar, com a medida da abertura – lenta gradual e segura – e com a redemocratização na política via-se as probabilidades de grandes mudanças e a esperança do povo brasileiro. No momento de abertura e da redemocratização na política nacional ocorreram poucas, mas importantes mudanças como: a revogação do AI-5, voto direto 30 (governador, prefeito) entre outros, todavia no âmbito social vivia-se um momento extremamente delicado o desemprego era crescente; a inflação crescia a cada dia; setores como educação, saúde, transporte e habitação não sofriam os investimentos necessários e ainda presenciavam as denuncias de corrupção no cenário político que ficaram cada vez mais escancarados desde a abertura política. Com todo esse contexto vivenciado, no início dos anos 80 os jovens retomaram o protagonismo na linha de frente de oposição e crítica pelos rumos tomados pela política.

Assim como nos anos 60 em que os jovens reunidos na arte engajada tomaram uma posição diante da crise política que se instalou no país, nos anos 80 uma parcela de jovens das classes trabalhadoras vai protestar, com a retomada da abertura política, através da música contra as medidas governamentais quanto a crítica a própria sociedade. Os punks surgiram contestando esse tipo de política e esse modelo de consumo, embora, precisou se valer do modelo de indústria fonográfica que criticavam para poderem gravar suas músicas e pudessem chegar a todos os lugares do país.

Portanto, diante das ideias anarquistas e nacionalistas que permeavam o movimento, o que seria do punk sem a política e a política sem a oposição (oposição da juventude), relembrando as manifestações juvenis. Diante da observação desse contexto destacamos como figura central para nossa análise e reflexão a banda Mercenárias, que através das análises das letras e da entrevista nos fez perceber como o jovem refletia sobre suas condições sociais, nos possibilitou identificarmos os desdobramentos e as nuances de toda uma década. A escolha das Mercenárias para nós foi preciso e, totalmente, relevante porquê apenas uma dissonância sonora com uma arte expressiva poderia fazer com que pudéssemos discorrer sobre todos, ou no mínimo, dos principais fatos que permeia uma sociedade.

No repertório da banda conseguí-

mos analisar que aquelas jovens sabiam exatamente sobre o contexto histórico vivido, sendo possível verificarmos as críticas referente a política, rejeição as Instituições Religiosas, questionamentos sobre o conservadorismo social e musical. Diante dessa conjuntura entendemos que o pivô, que figurou durante o período de Ditadura Militar e da redemocratização política, foi o setor da indústria cultural, que atuou em todo aquele momento como a grande formadora de opinião, propagou juntamente com os setores 31 das telecomunicações um modelo de consumo, e que esse poderia ser medido como a alienação da sociedade. Vimos que através das novas tecnologias o consumismo abrandou e os setores das telecomunicações e a indústria fonográfica se valeram dessas inovações para ditarem o que seria consumido, transformando assim a população brasileira numa sociedade de consumo.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia, et al. Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero. São Paulo: CUT, 2002. BIVAR, Antônio. O que é punk?. São Paulo.2º ed. Brasiliense, 1998.

BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. Mulher e política: Gênero e feminismo no partido dos trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

BRANDÃO, Antonio Carlos, DUARTE, Milton Fernandes. Movimentos Culturais de Juventude. São Paulo: Moderna, 1990. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Fisco e Contribuinte, 1988.

CARMO, Paulo Sérgio. Culturas da Rebeldia: a juventude em questão. São Paulo: Senac, 2001.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é Cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13. ed. São Paulo: Edusp, 2008. LOPES, Andrea Maria Vizzotto Alcântara. A música independente e a Vanguarda Paulista.Anais III Fórum de Pesquisa Científica em Arte.2005. Disponível em: Acesso em: 07. abr. 2010.

MARCELLI, Daniel. Adolescência e Psicopatologia. Porto Alegre: Artmed, 2007. 33 NAPOLITANO, MARCOS. Cultura brasileira: Utopia e Massificação (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2001.

NAPOLITANO, MARCOS. História e Música- história cultural da música popular. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

O UNIVERSO SUBURBANO E MUSICAL DOS GRUPOS PUNK. O Estado de São

Paulo, São Paulo, 03 out. 1982. ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORTIZ, Renato. A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001. PAULA, Lucília Augusta Lino de. Protagonismo Juvenil e Movimento Estudantil: Uma Estratégia de Distinção?. GT: Sociologia da Educação.n.14. (2003a).

ROSA, Paulo Tadeu Rodrigues. Atos praticados pelas forças policiais civis e militares. Revista Jus Vigilantibus. Dez.2002.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: